Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 61.206.397/0001-67

Relatório da administração

Aos Senhores acionistas: 1. A Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. ("Companhia" ou "Richard Saigh") vem apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2018. **2.** A Companhia chega aos 91 anos ao final do exercício de 2018 com o resultado líquido de R$ 4.814.214,55 (quatro milhões, oitocentos e quatorze mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos). Apesar de positivo, o resultado é inferior ao do exercício social anterior devido a diversos fatores: A alta nos preços internacionais do trigo, da taxa de cambio e na safra nacional de trigo de pouco volume, trouxeram como consequência a elevação dos nossos custos e a limitação de repasse ao preço de venda, provocando a redução drástica do resultado de nossas operações. **3.** Nesse sentido, o resultado, embora inferior à média dos últimos exercícios, demonstra novamente que a estratégia da empresa em autofinanciar suas atividades, permite maior resultado positivo. Para o ano de 2019, a Companhia manterá a necessária estratégia de manutenção de controle de caixa e despesas, além de sua política de investimentos que, desde 2009, com a criação das reservas estatutárias, permite que sejam alocados, anualmente, os recursos necessários para a execução do saudável fluxo de caixa da Companhia e para o crescimento e perpetuidade das atividades da Richard Saigh. **Auditoria Independente: 4.** A Companhia conta com um importante pilar na execução de boas práticas de governança corporativa, representado pela atuação da empresa de auditoria externa BDO RCS ("BDO RCS"), que desempenha as atividades de auditores independentes da Richard Saigh, além da fiscalização dos atos de gestão pelo Conselho Fiscal da Companhia, que acompanha os trabalhos da Diretoria, em estrita observância às determinações contidas na Lei das Sociedades Anônimas. **Discussões Judiciais: 5.** Como é do conhecimento dos acionistas da Companhia, a Richard Saigh, há muitos anos, enfrenta disputas judiciais entre seus acionistas. Dentre as diversas frentes de discussão nos Tribunais, regularmente são propostas medidas judiciais pelo acionista Bens de Raiz, todas com o intuito de levar ao crivo do judiciário matérias que são de competência e deliberação exclusiva dos acionistas em assembleia geral. Em recente decisão oriunda do processo 1002546-43.2015.8.26.0565 - TJSP, a Companhia teve o referido processo julgado a seu favor, no sentido de que o juízo de 1ª instância, após extensa e detalhada perícia judicial, entendeu adequadas e necessárias as destinações de parte do lucro líquido da Companhia para as reservas estatutárias, feitas em estrita observância às regras do artigo 23 do estatuto social da Richard Saigh, e, ainda, autorizou o aumento do capital social anteriormente suspenso. Adicionalmente, durante o exercício de 2018, igualmente, a Richard Saigh teve uma segunda e importante decisão oriunda do Processo 1002549-61.2016.8.26.0565 - TJSP, que também deu ganho de causa para a Companhia, em 1ª instância, na ação judicial proposta pelo acionista Bens de Raiz Participações Ltda. A Companhia aguarda, neste momento, o julgamento dos recursos de apelação, em ambos os casos, em trâmite perante o Tribunal de Justiça de São Paulo. **Conclusão: 6.** Por fim, renovamos nosso agradecimento a todos que contribuíram e participaram das atividades e resultados da Companhia durante o exercício de 2018, em especial aos nossos dedicados colaboradores que tiveram destacada atuação, ainda mais acentuada em um ano de grave crise econômica e política que verificamos em nosso País.

São Caetano do Sul, 12 de março de 2019

A Administração - Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		**78.626.911**	**75.834.314**
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.589.419	51.248.158
Contas a receber de clientes	5	19.788.056	14.521.512
Estoques	6	24.919.140	7.144.129
Impostos a compensar	7	3.885.469	1.119.327
Adiantamentos	8	385.410	1.735.078
Despesas do exercício seguinte		59.417	66.110
Não circulante		**38.888.672**	**36.032.115**
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	13	137.182	53.028
Investimentos		1.714	891
Imobilizado	9	38.616.961	35.762.623
Intangível	9	132.815	215.573
Total do ativo		**117.515.583**	**111.866.429**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante		**16.009.862**	**14.238.349**
Fornecedores	10	11.442.525	6.160.587
Obrigações trabalhistas	12	1.427.974	1.373.152
Obrigações tributárias	12	142.475	398.793
Dividendos a pagar	13.1	1.309.990	3.629.900
Participação a pagar	13.2	1.259.541	2.187.506
Contas a pagar		427.357	488.411
Não circulante		**3.847.210**	**3.098.809**
Impostos diferidos	12.2	1.573.127	1.155.392
Partes relacionadas	11	1.671.571	1.429.892
Contingências	14	602.512	513.525
Patrimônio líquido	15	**97.658.511**	**94.529.271**
Capital social: Domiciliados no país		29.179.697	25.549.691
Domiciliados no exterior		29.179.697	25.549.691
Reservas de lucros		39.299.117	43.429.889
Total do passivo e patrimônio líquido		**117.515.583**	**111.866.429**

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	**191.128.642**	**180.577.164**
Custo dos produtos vendidos	17	(146.991.360)	(126.494.284)
Lucro bruto		**44.137.282**	**54.082.880**
(Despesas)/receitas operacionais			
Com vendas	17	(25.532.496)	(22.932.075)
Administrativas e gerais	17	(14.636.836)	(14.037.536)
Resultado financeiro líquido	18	2.755.108	4.379.220
Outras receitas/(despesas) operacionais		719.535	744.626
Lucro antes do IR e da CS		**7.442.593**	**22.237.115**
Imposto de Renda	12.1	(1.615.961)	(5.128.479)
Contribuição Social	12.1	(594.683)	(1.859.388)
IR e CS diferidos	12.2	(417.735)	(1.155.392)
Lucro líquido do exercício		**4.814.214**	**14.093.856**
Lucro líquido por lote de mil ações do capital final		**218,83**	**640,63**

Demonstrações do resultado abrangente	2018	2017
Lucro líquido do exercício	4.814.214	14.093.856
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.814.214**	**14.093.856**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota explicativa	Capital social	Reservas: Legal	Reservas: Para pesquisa e desenvolvimento	Reservas: Para investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**46.719.377**	**4.991.927**	**4.606.454**	**29.050.507**	**–**	**85.368.265**
Aumento do capital social		4.380.005	–	(498.554)	(3.881.451)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	14.093.856	**14.093.856**
Proposta para destinação do lucro líquido: Reserva legal		–	704.693	–	–	(704.693)	–
Dividendos		–	–	–	–	(3.523.464)	(3.523.464)
Participação da Diretoria		–	–	–	–	(1.409.386)	(1.409.386)
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento		–	–	704.693	–	(704.693)	–
Constituição de reserva de investimento		–	–	–	7.751.620	(7.751.620)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**51.099.382**	**5.696.620**	**4.812.593**	**32.920.676**	**–**	**94.529.271**
Aumento do capital social	15.1	7.260.012	–	(529.979)	(6.730.033)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	4.814.215	**4.814.215**
Proposta para destinação do lucro líquido: Reserva legal		–	240.711	–	–	(240.711)	–
Dividendos	13.1	–	–	–	–	(1.203.554)	(1.203.554)
Participação da Diretoria	13.2	–	–	–	–	(481.421)	(481.421)
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	15.3	–	–	240.711	–	(240.711)	–
Constituição de reserva de investimento	15.2	–	–	–	2.647.818	(2.647.818)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**58.359.394**	**5.937.331**	**4.523.325**	**28.838.461**	**–**	**97.658.511**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Richard Saigh Indústria e Comércio S. A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Caetano do Sul - SP e que tem por objeto social, basicamente, a moagem de trigo e a comercialização de seus derivados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de março de 2019, considerando os eventos subsequentes até esta data. **2.2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2.1. Novas normas e interpretações:** a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente: A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis em adequação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras. b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas: CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil: Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1° de janeiro de 2019. O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações. CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro: Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. **3. Descrição das principais práticas contábeis: 3.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como "Outras receitas e despesas operacionais". Reconhecimento de receita - A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. **3.2. Estimativas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste ao valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As áreas nas quais julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a: • Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº 5); • Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14); • Vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9); • Impostos sobre a renda (Nota Explicativa nº 12). **3.3. Ativos circulante e não circulante: 3.3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período. **3.3.2. Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 90 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. **3.3.3. Estoques:** Valorizados ao custo médio de aquisição ou produção que não excede o valor de mercado. **3.3.4. Investimentos:** Cotas escriturais do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzidos de provisão para desvalorização. **3.3.5. Imobilizado e intangível:** Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício. **Revisão da vida útil:** Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou a revisão da vida útil econômica de seus bens atendendo às orientações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado) levando em considerações os valores residuais estimados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado foram revisadas em 2018 e não sofreram alterações, mantendo-se:

	2018	2017
Edifícios e construções	2,7%	2,7%
Máquinas e equipamentos	7,7%	7,7%
Móveis e utensílios	33,3%	33,3%

Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. **3.3.6. Demais ativos circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de recuperação. **3.4. Passivos circulante e não circulante: 3.4.1. Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou a constitui como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **3.4.2. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram calculados de acordo com a legislação fiscal vigente. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são gerados pelas diferenças temporárias entre as bases fiscais e os saldos contábeis oriundas da revisão da vida útil do ativo imobilizado. **3.4.3. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, atualizados à taxa de juros ou variação cambial nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os encargos incorridos até a data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender suas atividades operacionais. A Administração desses riscos é efetuada estrategicamente por meio do estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de posições. Com exceção dos valores mobiliários, todos os instrumentos financeiros são classificados como "Custo Amortizado", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os valores mobiliários são classificados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e têm os seus ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo reconhecido no resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2018	2017
Caixas e bancos	341.308	668.212
Aplicações financeiras (a)	29.248.111	50.579.946
	29.589.419	**51.248.158**

(a) Estão substancialmente compostas por aplicações em fundo de renda fixa de curto prazo, atualizadas pela variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI).

5. Contas a receber de clientes:

	2018	2017
Duplicatas a receber	21.211.224	15.930.535
(–) Perda Estimada com Crédito de Liquidação duvidosa	(1.423.168)	(1.409.023)
	19.788.056	**14.521.512**

a) Aging list	**2018**	**2017**
Duplicatas a Vencer	19.425.875	13.696.781
Vencidas		
De 1 a 30 dias	333.571	781.069
De 31 a 60 dias	13.166	6.536
De 61 a 90 dias	10.098	14.762
Acima de 90 dias	1.428.514	1.431.387
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(1.423.168)	(1.409.023)
	19.788.056	**14.521.512**

Movimentação da PECLD

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.409.023**
Adições	(11.377)
Reversões	25.522
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.423.168**

6. Estoques:

	2018	2017
Produtos acabados	1.014.244	982.657
Matérias-primas	8.044.195	4.395.043
Matérias-primas em poder de terceiros	13.967.313	802.173
Materiais de embalagens	1.395.711	449.936
Almoxarifado	497.677	514.320
	24.919.140	**7.144.129**

7. Impostos a compensar:

	2018	2017
PIS e COFINS	3.142.717	1.119.327
IRPJ saldo negativo - 2018	604.489	–
CSLL saldo negativo - 2018	138.263	–
	3.885.469	**1.119.327**

8. Adiantamentos:

	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores (a)	346.442	1.731.578
Antecipação de férias	37.987	–
Adiantamento de salários	981	3.500
	385.410	**1.735.078**

(a) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de matéria prima e de ativo imobilizado. Mensalmente adiantamentos são realizados e compensados após o recebimento das mercadorias. Foram realizados adiantamentos para recebimento subsequente ao encerramento do exercício.

9. Imobilizado e intangível: a) Composição:

	Taxa de depreciação anual %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido 2018	Valor líquido 2017
Edifícios e construções	2,7	21.665.676	(9.364.149)	12.301.527	12.783.788
Instalações e benfeitorias	10	7.108.619	(1.276.497)	5.832.122	2.046.797
Máquinas e equipamentos	7,7	44.052.122	(23.922.169)	20.129.953	16.887.467
Ferramentas	10	33.106	(15.338)	17.768	20.996
Móveis e utensílios	10	586.107	(381.563)	204.544	217.127
Veículos	20	201.081	(183.462)	17.619	41.168
Equipamentos	33,3	2.202.185	(2.173.380)	28.805	12.915
Terrenos		84.623	–	84.623	84.623
Lei nº 8.200 IPC-90		709.960	(709.960)	–	–
Adiantamento de bens		–	–	–	3.667.742
		76.643.479	**(38.026.518)**	**38.616.961**	**35.762.623**
Registros e marcas		6.146	–	6.146	6.146
Software	20	1.009.230	(882.561)	126.669	209.427
		1.009.230	**(882.561)**	**132.815**	**215.573**

Movimentação do ativo imobilizado e intangível:	Saldo 2017 líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo 2018 líquido
Imobilizado: Edifícios e construções	12.783.788	–	–	–	(482.261)	12.301.527
Instalações e benfeitorias	2.046.797	2.963.035	–	1.098.160	(275.870)	5.832.122
Máquinas e equipamentos	16.887.467	2.875.707	(308.434)	2.569.582	(1.894.369)	20.129.953
Ferramentas	20.996	–	–	–	(3.228)	17.768
Móveis e utensílios	217.127	23.041	(44.449)	–	8.825	204.544
Veículos	41.168	–	–	–	(23.549)	17.619
Equipamentos de informática	12.915	29.403	(4.923)	–	(8.590)	28.805
Terrenos	84.623	–	–	–	–	84.623
Lei nº 8.200 IPC-90	–	–	(18.671)	–	18.671	–
Adiantamento de bens	3.667.742	–	–	(3.667.742)	–	–
	35.762.623	**5.891.186**	**(376.477)**	**–**	**(2.660.371)**	**38.616.961**
Intangível: Registros e marcas	6.146	–	–	–	–	6.146
Software	209.427	–	–	–	(82.757)	126.669
	215.573	**–**	**–**	**–**	**(82.757)**	**132.815**

10. Fornecedores:

	2018	2017
Matéria-prima	7.816.352	1.295.667
Outros	3.626.173	4.864.920
	11.442.525	**6.160.587**

11. Partes relacionadas:

	2018	2017
Euro Bristol S/A	1.603.795	1.362.116
Christian Mattar Saigh	67.776	67.776
	1.671.571	**1.429.892**

As contas a pagar à acionista Euro Bristol S/A tem como origem os dividendos distribuídos em exercícios anteriores, sendo constituído para preservar o capital de giro da Companhia. As contas a pagar ao ex-acionista Christian Mattar Saigh referente aos dividendos adicionais de 25% mencionados na nota 15.4.

12. Obrigações trabalhistas e tributárias:

	2018	2017
Salários e encargos	369.769	355.562
Provisão e encargos	781.224	651.775
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher **(a)**	–	257.197
ICMS a recolher	84.842	74.803
Outros	334.614	432.608
	1.570.449	**1.771.945**

(a) O Imposto de Renda foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável e a Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9%, sendo considerada para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente, pertinente a cada encargo. **12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente:** Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia, bem como as respectivas declarações de rendimentos e os registros fiscais e contábeis, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **Conciliação entre o Imposto de Renda e a Contribuição Social, nominais e efetivos, pode ser demonstrada da seguinte maneira:**

	2018	2017
Resultado antes da tributação	**7.442.593**	**22.237.116**
Adições	3.856.975	3.483.913
Exclusões	(4.691.983)	(5.061.162)
Lucro tributável	**6.607.585**	**20.659.868**
Base de cálculo de IR e CS	6.607.585	20.659.868
Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R$ 240)	636.759	2.041.987
Imposto de Renda	1.615.961	5.128.479
Contribuição Social	594.683	1.859.388
Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.210.644**	**6.987.867**
Taxa Efetiva	**33%**	**34%**

12.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Base - Diferenças temporárias	**2018**
(revisão da vida útil do ativo imobilizado)	**4.626.845**
IRPJ	1.156.711
CSLL	416.416
Total dos impostos diferidos	**1.573.127**

13. Dividendos e participação a pagar: 13.1. Dividendos:

	2018	2017
Dividendos propostos (a)	1.203.554	3.523.464
Dividendos referentes a 2016 (b)	106.436	106.436
	1.309.990	**3.629.900**

(a) A Companhia propôs em 31 de dezembro de 2018 dividendos de R$ 1.203.554 (R$ 3.523.464 em 31 de dezembro de 2017), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2018
Lucro líquido (base de cálculo para dividendos)	4.814.214
Dividendos propostos de 25%	**1.203.554**

(b) Com relação aos dividendos referentes ao exercício de 2016 devidos ao ex-acionista Christian Mattar Saigh, no valor de R$ 106.436, a Companhia informa que o referido executivo optou, de forma diligente e, ainda, com o intuito de preservar o melhor interesse da Companhia, por não receber o referido valor. Destaca-se que o fez em razão da anulação da venda, ao próprio Sr. Christian Mattar Saigh, das ações detidas pela acionista da Companhia, Sra. Dóris Saigh, quando do julgamento do Recurso Especial nº 1.620.702/SP, pelo Superior Tribunal de Justiça. **13.2. Participação a pagar:** Se refere a participação da diretoria sobre os lucros do exercício conforme determinado no Estatuto Social da Companhia:

	2018	2017
Participação a pagar (determinação judicial) **(a)**	778.120	778.120
Valores destinados a participação - 2018 **(b)**	481.421	1.409.386
(=) Saldo de participação a pagar	**1.259.541**	**2.187.506**

(a) Conforme informado na nota 15.4 as deliberações da AGO/E de 12 de abril de 2016 foram suspensas por determinação judicial, dessa forma, a parcela do lucro líquido de 2015 destinada a diretoria não foi paga e permanece registrada no passivo; **(b)** A participação da diretoria se refere a 10% do lucro líquido do exercício. **14. Contingências:** Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Depósitos judiciais 2018	Depósitos judiciais 2017	Provisões para contingências 2018	Provisões para contingências 2017
Contingências trabalhistas e previdenciárias	137.182	53.028	602.512	513.525
	137.182	**53.028**	**602.512**	**513.525**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Essas ações envolvem riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Composição e estimativa das ações consideradas como de perdas possíveis:

	2018	2017
Cíveis	18.845.248	18.165.093
Trabalhistas	420.231	5.298.128
	19.265.479	**23.463.221**

A natureza das ações pode ser sumariada como segue: **• Ações cíveis:** as ações estão relacionadas a reclamação de acionista relativa as matérias aprovadas em Assembleias Gerais da Companhia em estrita observância ao Estatuto Social e referentes a destinação de determinados valores para as reservas estatutárias; **• Trabalhistas e previdenciárias:** consistem principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** O capital social totalmente integralizado é de R$ 58.359.394, estando representado por 22.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O aumento do capital social da Companhia, devidamente aprovado na AGO/E de 2016, foi suspenso judicialmente, conforme determinação da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 15 de agosto de 2016. Diante desse fato e, apesar de a referida decisão não ser definitiva, o aumento de capital da AGO/E de 2017 foi aprovado com base no capital social anterior ao aumento aprovado na AGO/E de 2016. Nesses termos, o capital social da Companhia fica assim demonstrado:

	R$
Capital social em 31 de dezembro de 2017	**51.099.382**
(+) Aumento de capital com parte reserva para pesquisa e desenvolvimento	529.979
(+) Aumento de capital com parte de reserva para investimentos	6.730.033
Capital social aprovado pela AGO/E de 16 de abril de 2018	**58.359.394**
(+) Aumento de capital suspenso (AGO/ de 12 de abril de 2016)	5.297.835
Total do capital social sem o efeito da suspensão judicial	**63.657.229**

15.2. Reserva para investimentos: Foi constituída com base no artigo 23 do Estatuto Social à base de 55% do lucro líquido do exercício limitada a 70% do capital social. O objetivo desta reserva é o de financiar a expansão das atividades e investimentos da Companhia e recompor o capital de giro quando necessário. Investimentos realizados no período de 2009 a 2018:

	Saldo (R$)
Exercício de 2009	610.047
Exercício de 2010	1.442.756
Exercício de 2011	2.720.992
Exercício de 2012	12.068.408
Exercício de 2013	4.744.405
Exercício de 2014	3.132.769
Exercício de 2015	5.034.705
Exercício de 2016	3.881.451
Exercício de 2017	6.730.033
Exercício de 2018	5.891.186

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos fluxos de caixa	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.814.214	14.093.856
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	2.743.128	2.792.910
Contingências	88.987	(397.654)
Perda estimada para crédito com liquidação duvidosa	14.144	(58.224)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(5.280.688)	1.621.618
Estoques	(17.775.010)	3.780.913
Impostos a compensar	(2.766.142)	(497.270)
Adiantamentos	1.349.668	(833.441)
Despesas do exercício seguinte	6.693	942
Depósitos judiciais	(84.153)	10.107
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	5.281.938	(563.071)
Obrigações trabalhistas	54.822	157.169
Obrigações tributárias	161.417	667.012
Contas a pagar	(61.054)	84.723
Caixa gerado / (consumido) pelas atividades operacionais	**(11.452.036)**	**20.859.590**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5.891.186)	(6.730.033)
Venda/Baixa Imobilizado	376.477	75.805
Baixa no investimento	(823)	206
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(5.515.532)**	**(6.654.022)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidações de empréstimos bancários (principal + encargos)	–	–
Dividendos pagos	(3.523.464)	(6.159.999)
Participação da Diretoria	(1.409.385)	(1.531.413)
Liquidação com partes relacionadas	–	–
Recursos com partes relacionadas	241.679	669.593
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(4.691.170)**	**(7.021.819)**
Aumento/(diminuição) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(21.658.738)**	**7.183.749**
Saldo inicial	51.248.158	44.064.409
Saldo final	29.589.419	51.248.158
Aumento / (diminuição) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(21.658.739)**	**7.183.749**

15.3. Reserva para pesquisa e desenvolvimento: Foi constituída com base no artigo 23 do Estatuto Social à base de 5% do lucro líquido do exercício limitada a 10% do capital social. O objetivo desta reserva é o de subsidiar as pesquisas para o desenvolvimento e aprimoramento dos produtos da Companhia. **15.4. Deliberações da AGO/E em 12 de abril de 2016:** Em 07 de abril de 2016, a acionista Bens de Raiz Participações Ltda. propôs ação anulatória com o objetivo de obter a declaração de nulidade das propostas que foram discutidas, votadas e aprovadas na AGO/E realizada no dia 12 de abril de 2016, que tratam especificamente sobre (i) a destinação e retenção do lucro auferido no exercício de 2015 pela Richard Saigh, (ii) a destinação de parcela desse lucro à diretoria da companhia e (iii) o aumento de capital (processo nº 1002549-61.2016.8.26.0565, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de São Caetano do Sul/SP). Em 15 de agosto de 2016, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2076690-80.2016.0000, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a suspensão dos efeitos das deliberações sobre a retenção total dos lucros (autorizando a retenção de 50%), bem como sobre o aumento do Capital Social da Richard Saigh S.A. e distribuição dos lucros aos Diretores, tomadas na AGO/E realizada em 12 de abril de 2016.

16. Receita operacional líquida:

Receita operacional bruta	**2018**	**2017**
Venda de produtos	199.129.344	187.840.077
Deduções: Impostos incidentes sobre vendas	(2.948.436)	(2.809.527)
Devoluções e abatimentos	(5.052.266)	(4.453.386)
Receita operacional líquida	**191.128.642**	**180.577.163**

17. Despesas por natureza: As demonstrações do resultado estão apresentadas por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresentamos a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	2018	2017
Matéria-prima consumida	(130.261.927)	(110.151.991)
Despesas com pessoal	(13.740.308)	(12.409.951)
Depreciação	(2.736.866)	(2.518.291)
Energia elétrica	(2.887.352)	(3.034.393)
Serviços prestados por PJ	(7.175.190)	(7.161.783)
Fretes	(17.371.595)	(15.491.128)
Comissões de vendas	(3.459.131)	(3.518.608)
Impostos e taxas	(258.300)	(309.061)
Contingências	(88.987)	397.654
Informática	(516.393)	(1.099.737)
Outras	(8.664.643)	(8.166.606)
	(187.160.692)	**(163.463.895)**

18. Resultado financeiro:

	2018	2017
Resultado de variação cambial ativas e passivas	(52.617)	(71.175)
Juros passivos	(39.734)	(63.534)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(148.089)	(229.496)
Juros ativos	249.342	214.366
Rendimento com aplicação financeira	2.835.804	4.621.071
Impostos, tarifas e outros	(89.598)	(92.012)
	2.755.108	**4.379.220**

19. Seguros (não auditado): A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoantes apólices de seguros; **• Multirrisco:** danos materiais - R$ 106.000.000; **• Lucros cessantes:** R$ 40.500.000; **• Responsabilidade civil:** R$ 5.000.000. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Sr. Edgard Nassif Saigh - Diretor-Presidente

Sr. Christian Mattar Saigh - Diretor Vice-Presidente

Sr. Jorge Botossi de Figueiredo - Diretor-Superintendente

Sr. Gerson Edvaldo da Silva - Diretor

Contadora

Sra. Gisele Aguas - CRC 1SP 278433/O-4

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. -** São Caetano do Sul - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Deliberações da AGO/E em 12 de abril de 2016:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 15.4. às demonstrações contábeis na qual descreve a existência de uma ação anulatória realizada por acionista com o objetivo de obter a declaração de nulidade das propostas que foram discutidas, votadas e aprovadas na AGO/E realizada no dia 12 de abril de 2016, que tratam especificamente sobre (i) a destinação e retenção do lucro auferido no exercício de 2015, (ii) a destinação de parcela desse lucro à diretoria da companhia e (iii) o aumento de capital. Decisões futuras do poder judiciário relacionadas a esta ação podem trazer impactos nas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2019

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6